

São Paulo, 07 de abril de 1986.

Ilmo. Sr.  
Dr. Miguel Arab  
DD. Coordenador do Programa Polonoroeste  
SUDECO-Superintendência de Desenvolvimento  
da Região Centro-Oeste  
SAS - Quadra 1 - Bloco A - Lote 9/10  
BRASÍLIA - DF

Senhor Coordenador:

Primeiramente, cabe-nos cumprimentá-lo como Coordenador do Polonoroeste da SUDECO pela presença ativa nas questões relativas ao componente indígena. De fato, no último ano, houve inegáveis melhoras no desempenho do Polonoroeste quanto à demarcação das terras indígenas.

No entanto, lamentamos a necessidade de voltar a pedir sua pronta intervenção em dois pontos: primeiro, junto à Funai, pois prosseguem grandes ameaças contra os índios da área do Programa sem uma resposta à altura. Segundo, no sentido de estimular uma melhor articulação entre a execução concreta do Programa feita pela Funai e a sua avaliação pela equipe da FIPE, signatária deste documento.

Há indicadores seguros de que as prioridades para programação da Funai para o Polonoroeste 1986 (documento entregue pela FIPE e SUDECO em fevereiro, como um guia de ação para a Funai) continuam não sendo levadas em conta. Fique claro, então, que as observações que se seguem não se referem à SUDECO, mas à inércia da Funai.

Resumindo: 1) desde o início, a equipe de avaliação vem insistindo em que os recursos redundem em proteção concreta aos índios, em particular em terra e saúde, e não na forma de equipamentos e administração da Funai. O Polonoroeste não conseguiu reverter essa tendência. A ausência

de uma desejável articulação entre a avaliação e a administração da Funai vem causando uma acumulação de gastos em meios, em prejuízo dos gastos em resultados.

2) Prova é que a própria Funai pretende voltar-se contra suas decisões anteriores, e as do governo, nos casos dos Enauenê-nauê, Área Indígena Rio Formoso, e mais grave contra os Zoró e os Cinta Larga da Área Indígena Aripuanã, desbaratando recursos ao enviar novas equipes a campo, em áreas já demarcadas, garantidas por decreto presidencial ou já identificadas e estudadas com suficiência e competência.

3) Também de preocupar é o caso das áreas paralisadas em tramitações administrativas, em particular no GT do Decreto 88.118/83, como a Área Indígena Mequens, Área Indígena Aripuanã, Área Indígena Enauenê-nauê, Área Indígena Guaporé, Área Indígena Sagarana, quando sua demarcação com recursos previstos, já deveria estar sendo iniciada agora em abril, no final das chuvas. É urgente a intervenção direta da SUDECO para a aceleração desses processos, pois não houve nenhuma reunião do GT para os grupos do Polonoeste, desde dezembro, para demarcação ou homologação. Essa intervenção deveria exigir sempre da Funai a presença, no GT, de antropólogos que conhecem as áreas.

4) Há mais de dois anos, vem esta equipe de avaliação enfatizando o perigo que correm índios sem contato e a necessidade de formação de equipes extraordinárias para a sua localização e imediata interdição da área. A expansão da ocupação não permite perda de tempo. Dois exemplos em especial demonstram a pouca vontade da Funai em protegê-los. No Madeirinha continua abandonado à sua sorte o grupo Tupi chamado pelos Gavião de Piripicura. Apesar dos esforços diretos da equipe de avaliação, a interdição ainda não foi promulgada. O mesmo ocorre com os índios do Corumbiara cujas roças estão sendo destruídas a trator.

3.

5) Prossegue a inexplicável ausência de defesa jurídica dos índios em processos administrativos e judiciais, como Urueu-wau-wau, Rikbaktsa, Zoró Nambiquara, Pareci e muitos outros.

6) As equipes de vigilância tão longamente discutidas jamais entraram em ação, enquanto milhões de dólares em madeira são roubados aos índios e à Nação, como por exemplo, nos Urueu-wau-wau, na Área Indígena Rio Branco, na Área Indígena Zoró, Área Indígena Japuira (Rikbaktsa) etc.

7) Apesar das observações competentes e fundamentadas de especialistas em medicina preventiva e curativa, o atendimento médico continua insuficiente e, na maioria das áreas, a taxa de mortalidade continua tão alta como no início do Programa.

8) Continua a Funai a resistir à participação dos índios na decisão da programação prioritária para suas áreas.

Por que isso ocorre?

Foi notório que na administração Aureo Faleiros, na direção do extinto Departamento do Patrimônio Indígena - DPI/Funai -, sua equipe deu uma contribuição inestimável ao aceleração da defesa das terras, permitindo ao Polonoroeste chegar às 18 dentre 29 áreas demarcadas.

Hoje volta-se atrás. Estas mesmas 18 estão ameaçadas e 30 outras que faltam identificar e/ou demarcar continuam desconsideradas.

O agravamento da crise institucional da Funai, as demissões e substituições da Asplan (Assessoria de Planejamento/Funai e DPI/Funai), e a perigosa e autoritária reestruturação que se faz na Funai, sem consulta à sociedade civil, ao Congresso Nacional, índios, Associação Brasileira de Antropologia, associações de apoio aos índios e especialistas, provocaram a ausência total de planejamento do Polonoroeste, que antes mesmo deixava muito a desejar.

Diante dessa situação de impasse, cumpre-nos advertir a Coordenação do Polonoroeste da necessidade de constituir uma equipe para centralização dos projetos especiais, impedindo a regionalização da questão terra. Essa descentralização, na prática, abandona os índios à pressão local de grandes interesses econômicos, como mineradores, madeireiras etc.

Recomendamos, assim, a constituição de uma equipe de trabalho, como a dirigida por Áureo Faleiros, responsável pelo planejamento e coordenação dos projetos especiais, a ser constituída na própria Funai ou no IPEA/SEPLAN.

Aproveitamos a oportunidade para reafirmar que apenas aumentaram as dificuldades da equipe de avaliação para um perfeito desempenho do seu trabalho. Dificultou-se o acesso aos documentos. É indispensável colocar à disposição da equipe de avaliação cópias de todos os processos administrativos ou jurídicos, documentos, e relatórios sobre os grupos do Polonoroeste. Sugerimos à coordenação do Polonoroeste a alocação de recursos especiais para cópias imediatas à disposição da equipe de avaliação e da equipe de planejamento e coordenação do Polonoroeste - componente indígena, recomendada neste documento. Tais cópias, de imediato, poderiam ser guardadas na FIPE ou no IPEA/SEPLAN, uma vez que a sede central da Funai está sendo desativada.

Finalmente, vale insistir no aperfeiçoamento da articulação entre a execução do componente indígena e sua avaliação.

Na prática, as recomendações tornam-se letra morta diante da absoluta falta de critério que tem a Funai na alocação de recursos, e da falta de informações precisas quanto aos gastos que podem mesmo estar sendo feitos em outras finalidades administrativas da Funai, que não as do Polonoroeste.

5.

Propomos um maior controle na alocação de recursos, com maior participação da equipe de avaliação e da coordenadoria da SUDECO. Isto, mais a nomeação da coordenação e planejamento de projetos especiais, poderiam devolver o melhor resultado que tínhamos obtido em 1984 e 1985.

Caso contrário, a equipe de avaliação, por este instrumento, declina de toda responsabilidade pelo lamentável desempenho do componente indígena do Polonoroeste que ora se anuncia. Continuaremos nosso trabalho com o devido rigor, por significar uma forma de acompanhamento, mas cientes da inutilidade e do caráter puramente figurativo de tal esforço.

Caso a Funai não aceite tomar as medidas aqui sugeridas, recomendamos à SUDECO a suspensão dos recursos até que sejam criadas condições de planejamento e execução, num prazo curto, evitando prejuízos aos índios e às demarcações.

Pedimos que estas recomendações e advertências sejam levadas ao conhecimento do Ministro do Interior e do Banco Mundial.

Aguardando resposta, as nossas melhores saudações e o desejo de que nossa atuação comum com a SUDECO e o Minter apenas aumente, no interesse da proteção à minoria indígena.

Atenciosamente,

Betty Mindlin

pela Equipe de Avaliação do Polonoroeste

FIPE/USP

Abel de Barros Lima

Carmen Junqueira

Mauro de Mello Leonel Jr.

Rinaldo Vieira Arruda